

A OPORTUNIDADE DAS CIDADES

A desertificação das cidades é o grande problema do momento para técnicos, políticos e sociedade de uma forma geral.

As estatísticas mais recentes apontam para que, só nos últimos anos, as cidades de Lisboa e Porto tenham perdido tanta população como os concelhos do interior do país.

Os centros das grandes cidades estão a desertificar-se em detrimento das periferias. Quem tem beneficiado são os concelhos imediatamente adjacentes, nomeadamente, aqueles que apresentam estratégias de desenvolvimento mais consequentes.

No caso da Área Metropolitana do Porto, os municípios de Vila Nova de Gaia, Maia e Matosinhos são aqueles que mais população têm conseguido atrair.

Porquê? Muito simples. Factores como “preço da habitação”, “oferta de emprego”, “qualidade de vida”, “acessibilidade e transportes públicos”, “diversidade de espaços de lazer e equipamentos desportivos” e “um parque escolar moderno e de proximidade”, são, quanto a mim, decisivos para atrair a população.

A nova geração de políticas públicas dá prioridade às cidades (e às redes de cidades) para estabelecer um desenvolvimento sustentável e equilibrado do território nacional.

E, na minha perspectiva, bem. O caminho a seguir deve ser esse.

De facto, as cidades são os principais pólos de competitividade e inovação, desempenhando um papel fulcral no crescimento económico das regiões onde se inserem. É nelas onde se encontra a maior parte da riqueza, do conhecimento e das tecnologias.

As cidades assumem-se como a base de sustentação da sociedade contemporânea, onde se concentram a produção, a troca de conhecimento e as iniciativas de valorização económica.

Nas últimas décadas, o nosso país deixou de ser predominantemente rural para se tornar maioritariamente urbano. Com efeito, 2 em cada 3 portugueses já vive em cidades.

Evidenciando um forte dinamismo, as cidades portuguesas atravessam um período de profundas transformações, de natureza física, económica e social.

Como resultados destas transformações, nos anos mais recentes assistiu-se a uma significativa melhoria das condições de vida urbana e dos níveis de acesso a bens e serviços da população portuguesa.

Neste quadro, as cidades portuguesas possuem um elevado valor estratégico e económico, representando apelativas oportunidades para impulsionar o desenvolvimento no país.

O nosso concelho não foge à regra. Mais de metade da população concelhia reside nas cidades de Ovar e Esmoriz. E é nestas cidades onde se registam as taxas de crescimento populacional mais elevadas.

Cada uma com as suas características e dinâmicas muito próprias. A cidade de Ovar – sede do concelho – é um espaço urbano consolidado, com história e com novas áreas de expansão devidamente programadas. Beneficia de um enquadramento ambiental e uma rede de acessibilidades que lhe permite assumir como um pólo de atracção de toda a região que se estende desde a Área Metropolitana do Porto até à capital do distrito de Aveiro.

Por sua vez, a cidade de Esmoriz foi criada mais recentemente e tem sofrido um processo de desenvolvimento mais acentuado. Nem sempre da melhor forma, diga-se, talvez fruto da ausência de uma ocupação territorial devidamente programada. Contudo, as suas potencialidades derivam de uma maior proximidade à Área Metropolitana do Porto e a uma dinâmica empresarial muito significativa.

A prioridade nacional que é dada agora às cidades é uma janela de oportunidades para Ovar e Esmoriz poderem ultrapassar alguns dos seus problemas e carências mais prementes.

Sim porque, apesar de serem espaços urbanos com uma escala diferente das grandes cidades de Lisboa e Porto, muitos dos seus problemas são em tudo semelhantes.

Ovar, 22 de Agosto de 2007

Álvaro Santos

director@pracapublica.com